

MULHERES NEGRAS AMAZÔNIDAS: HISTÓRIAS CONTADAS POR OUTROS OLHARES

AMAZON BLACK WOMEN: STORIES TOLD BY OTHER VIEWS

RESUMO

O presente texto tem por objetivo trazer reflexões à luz da trajetória de vida de mulheres negras amazônidas — invisibilizadas na historiografia e epistemologia brasileira e nortista — que, foram ressurgidas por intermédio da escrita instigante de professoras e professores egressos do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), como atividade de produção didático-pedagógica desenvolvida no componente curricular: Teoria e Prática do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira como estratégia de implementação da Lei Federal n. 10.639/2003, no “chão da escola”. As atividades desenvolvidas com os/as acadêmicos/as do Parfor, foi um momento muito produtivo com ricas reflexões, pois intencionava principalmente lançar luz nas identidades de mulheres negras — ressurgidas através de textos escritos — capazes de dignificar e reconhecer sua relevância na dinâmica histórica, social e cultural dentro e fora de suas comunidades, assim como no espaço escolar.

Palavras-chave: Mulheres Negras Amazônidas. Histórias de Resistência. Novas Pedagogias. Lei n. 10.639/2003.

ABSTRACT

The present text aims to bring reflections in the light of the life trajectories of black Amazonian women - invisible in Brazilian and northern historiography and epistemology -, which were resurrected through the thought-provoking writing of teachers from the National Plan for Teacher Training at Basic Education (Parfor), from the Licentiate Degree in Pedagogy at the Federal University of Amapá (Unifap), as a didactic-pedagogical production activity developed in the curricular component: Theory and Practice of Teaching Afro-Brazilian History and Culture as a strategy for implementing the Federal Law no. 10.639/2003, on the “school floor. The activities developed with Parfor academics was a very productive moment with rich reflections, as it mainly intended to shed light on the identities of black women - resurrected through written texts - capable of dignifying and recognizing their relevance in

Maria das Dores do Rosário Almeida

Mestra em Desenvolvimento Sustentável junto aos Povos e Terras Tradicionais pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em História e Cultura Africana e Afro-brasileira. E-mail: mulheresdoigarape@gmail.com

Piedade Lino Videira

Mestra e Doutora em Educação Brasileira pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (Faced/UFC). E-mail: piedadevideira@bol.com.br

Elivaldo Serrão Custódio

Doutor em Teologia pela Faculdades EST, em São Leopoldo/RS. Pós-doutor em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: elivaldo.pa@hotmail.com

historical dynamics, social and cultural within and outside their communities, as well as in the school space.

Keywords: Black Amazon Women. Stories of Resistance. New Pedagogies. Law n. 10639/2003.

Introdução

A inquietude sobre a ausência das mulheres negras amazônidas, ou que quase nada se sabe sobre elas, vem ganhando espaço nos debates acadêmicos entre pesquisadoras negras amazônidas. A psicóloga ativista do movimento de mulheres negras amazônidas e pesquisadora, Flávia Danielle da Silva Câmara, em sua dissertação de mestrado “*Mulheres negras amazônidas frente à cidade Morena: O lugar da psicologia, os territórios de resistência*” (2017), tece sua narrativa falando das ausências das mulheres negras amazônidas: na historiografia tradicional Amazônica, em sua configuração social e, em seus diferentes períodos econômicos, dessa região. Do mesmo modo que, no livro *Mulheres negras: fortalezas tecidas de dores, resistências e afetos*, a autora procura desconstruir essas ausências, buscando compreender como mulheres negras constroem negritudes na Amazônia.

Assim, o presente artigo tem por objetivo trazer reflexões à luz trajetórias de vida de mulheres negras amazônidas¹ — invisibilizadas na historiografia e epistemologia brasileira e nortista — que foram ressurgidas por pensamentos envoltos em temas como admiração, saudade, reconhecimento e amor, além do intermédio da escrita instigante de professoras e professores egressos do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), que militam na educação pública oferecida aos estudantes residentes em comunidades e distritos que fazem parte da heterogênea geografia dos municípios amapaenses e também das ilhas do estado do Pará, na região Norte.

As narrativas reunidas em Videira, Ferreira e Fonsêca (2010) dão materialidade analítica aos conceitos-chave *mulher negra amazônida* (ALMEIDA, 2018; CÂMARA, 2017), *mulher negra* (EVARISTO, 2017), *gênero* (CONRADO, 2012) e *raça/cor* (DAVIS, 2016), que versam pelo conjunto da obra *Mulheres negras: fortalezas tecidas de dores, resistências e afetos*, conferindo-lhe relevância acadêmico-científica e identidade racial e agregando-lhe valor cultural, em consonância com os princípios da epistemologia negra calcada na ancestralidade, isto é, na memória e na história, na tradição oral, nos comunitarismos, nas experiências espirituais e nas territorialidades — espaços de experiências, de solidariedades, de sabedorias. Isso pode ser percebido pelos (as) leitores (as) do referido livro, como no fragmento poético a seguir.

¹ Mulheres que foram acolhidas pela Amazônia e decidiram plantar as raízes de suas lutas na região, independentemente de serem ou não nascidas ali. Mulheres negras invisibilizadas que lutam para superar subjetividades distorcidas, autoimagens dilaceradas, autoestimas destruídas pelo sistema racista-sexista. Mulheres que nas lutas do dia a dia vão construindo, ressignificando e interseccionando conhecimentos, saberes, fazeres, experiências e vivências.

Maria, que vive entre o pau-da-paciência e a medicina da cura pela fé e ervas medicinais. Vive entre ruas de pedras e chaminés feitas de cimento de açúcar, misturado com o suor escravista da negritude de uma época de odores vencidos, pela luta. Isso tudo sem endurecer a ternura de seus olhos, vistos nas noites de tambores, com suas saias rodadas se transportando em um outro universo oceânico e arboreal, visto e vivido somente por quem tem coragem de sonhar com a liberdade (SILVA, 2019, p. 45).

É relevante enfatizar que a referida obra dá pistas de como é possível implementar a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, ampliada pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, as quais alteraram o art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN), de maneira eficaz no “chão das escolas”, como asseverou Trindade (2010), mediante abordagem qualificada acerca da problemática racial com o recorte de gênero e raça/cor, no intuito de suscitar o respeito mútuo, a autovalorização, a consciência étnico-racial e a promoção da cidadania coletiva — prática do bem viver — de estudantes negras e não negras no ambiente escolar, como conteúdo de um currículo intercultural que irá prepará-las para a vida e o mundo do trabalho na complexa, racista, desigual e conservadora sociedade brasileira.

A produção deste texto foi motivada pela escritura da apresentação sobre a relevante obra já citada anteriormente *Mulheres negras: fortalezas tecidas de dores, resistências e afetos* (CÂMARA, 2017), ensejando uma discussão mais direcionada ao campo de estudo envolvendo as categorias historicamente discutidas como: mulher negra, gênero, raça/cor, classe, entre outras no contexto da Lei nº 10.639/2003, com objetivo de elucidar que, há diferenças entre mulheres, o fato de ser mulher, não garante acesso a direitos iguais, inclusive o direito de fala e de ser vista. Entretanto, independentemente da cor, da classe social, da situação econômica e de sua situação educacional, ela não deixa de ser mulher.

A classe social e a questão racial são os principais parâmetros para aferir as desigualdades sociais e raciais de gênero, entre homens e mulheres e entre mulheres no mundo. Logo, o conceito “mulher”, não dá conta de expressar a diversidade de mulheres brasileiras, por exemplo, as mulheres negras. Da mesma maneira que, a categoria mulher negra, não dá conta de expressar a realidade das diferentes mulheres negras brasileiras, entre elas, as amazônidas.

As categorias gênero e raça, por serem categorias colônias, ao serem transversalizadas com a categoria mulher negra, estas, quando vistas, aparecem normalmente em situação de inferioridade, não de insubmissas. À vista disso, neste artigo, em vez de, utilizar-se gênero, utiliza-se mulher negra; ao invés de raça, ancestralidade, por ser uma categoria elucidativa que sustenta a identidade da mulher negra em sua travessia de vida.

Esse livro, cujo título sinaliza seu ineditismo no estado do Amapá, nasceu no ambiente acadêmico, pelas mãos de professores (as) da educação básica de escolas

públicas do estado do Amapá², durante a ministração da disciplina Teoria e Prática do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, do Parfor, do curso de Pedagogia da UNIFAP. Esse livro sinaliza, também, a importância da inserção da Lei nº 10.639/2003 na Matriz Curricular dos cursos de licenciatura e, na formação inicial de professores das referidas áreas, além de cursos de especialização específica ao tema.

Ressaltamos ainda que, o livro é uma coletânea de textos poéticos, elaborados com linguagem científica e de fácil compreensão e, portanto, acessível tanto à escrita pelas autoras e pelos autores — professores(as) da rede pública — quanto aos(as) leitores(as) da obra, que, ao manuseá-la, se sentem absortos e sensibilizados pelas diversificadas narrativas realísticas de cunho poético, sobre a biografia de mulheres negras amazônidas que enfrentaram durante suas vidas, grandes provações, desafios e injustiças sociorraciais à custa de muita luta, dores, resiliência, sonhos, amor e vontade de transformar suas realidades sociais, comunitárias, educacionais e raciais. Por esses e tantos outros motivos, tais mulheres negras marcaram épocas, seus familiares, amigos e suas comunidades, e, lamentavelmente, muitas delas sequer tiveram e têm reconhecidos seus feitos e aclarada sua importância na historiografia da Amazônia amapaense, como pode ser observado no relato a seguir.

Descendente da tribo Bantu, **Francisca Luzia da Silva**, na cidade de Macapá, capital do Amapá, em 1854. Com a mãe, aprendeu a “pegar as crianças,” o que significa fazer partos, e por esta arte, era uma mulher muito querida na Região Amazônica. Por atuar de maneira incansável na comunidade, foi contratada oficialmente pela Prefeitura Municipal de Macapá e recebia uma quantia módica pelos seus serviços. Como assistia a maioria dos partos da cidade, foi reconhecida pela população como “Mãe Luzia”. Para complementar o serviço de parteira, levava e passava a roupa da gente rica. A casa Mãe Luzia era em barro socado, no Beco do Formigueiro, e era visitada por autoridades estaduais, que a procuravam para ouvir histórias da Região (SILVA, 2019, p. 88, grifo das autoras).

Essa constatação agrega ainda mais valor e reconhecimento epistêmico, ao trazer à luz trajetórias de vida e saberes de mulheres negras amazônidas, à obra que figura como uma relevante contribuição à educação brasileira, por sinalizar um caminho fecundo no desafio de dar materialidade às Leis nºs 10.639/2003 e 11.645/2008. A coletânea evidencia que é possível promover a implementação das mencionadas leis à luz das categorias gênero e raça/cor, por intermédio de narrativas evocadas por professores(as) e estudantes que militam na educação escolar.

Diante do exposto, este artigo formula a seguinte questão norteadora: como reescrever a história das mulheres negras amazônidas por outros olhares no

² Professores e professoras da rede pública estadual e municipal de diferentes municípios do estado do Amapá assim como também das ilhas do Pará, na região Norte do Brasil. Durante oito módulos - meses de julho, janeiro e fevereiro - utilizando os seus períodos de férias se deslocam para a Macapá-AP, em busca de qualificação profissional.

contexto da sala de aula, mediante desafios e limitações para a aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003?

É mister que o livro *Mulheres negras: fortalezas tecidas de dores, resistências e afetos* aponta para um caminho profícuo, na busca de tornar exequível a mencionada lei no currículo e no cotidiano escolar, utilizando-se de criativo e inventivo recurso didático-metodológico, referendado, no decurso deste artigo, pela *Pedagogia das Canoas: encontro de experiências*, idealizada por Almeida (2018), como um conceito que expressasse o percurso metodológico da dissertação de mestrado, “(Re)construindo caminhos e histórias de vidas de mulheres negras da Vila do Carmo do Macacoari – Amapá”, com base na experiência das interlocutoras da pesquisa³.

Logo essa pedagogia segue uma especificidade, ou seja, a simbologia do maior rio do mundo em volume d’água, o Amazonas, e seus afluentes, como os rios Jari, Pedreira e Macacoari, no estado do Amapá. Esse último, localizado na região de Itaubal, é um rio principal, por onde navegam muitas canoas, transportando e sendo guiadas por mulheres negras que figuram como protagonistas na trama metodológica intitulada *Pedagogia das Canoas*.

Busca-se, assim, uma proposta de narrativa histórica, trazendo, como debate, as mulheres negras, nas perspectivas das interseccionalidades de gênero, raça, classe e território, em um contexto específico, a Amazônia, elucidando outra narrativa que confronta a narrativa hegemônica ao reconstruir outras histórias de resistências a partir de histórias de vidas dessas mulheres negras amazônidas. Uma proposta interdisciplinar de reverberação das vozes destas também em sala de aula, com vistas a promover um instigante debate com estudantes de escola pública, especialmente com as meninas negras e não negras acerca do empoderamento racial e de gênero na educação.

A presença negra na Amazônia: histórias de resistência

“Tia Venina, senhora menina, / que tanto fascina. / Muito me ensina, / quase uma heroína” (SOARES, 2019, p. 100).⁴

O processo de ocupação do espaço e interação entre os vários grupos étnicos na região amazônica, não pode ser compreendido como um fenômeno harmônico, mas fruto de um sistema econômico que tem suas raízes no sistema colonial, pois a entrada da mão de obra africana na região só é concretizada a partir do século XVII, após, aproximadamente, cem anos de presença lusitana na Amazônia (GOMES, 2003).

³ Ver ainda trabalho de ALMEIDA & CUSTÓDIO (2020).

⁴ Fragmento da poesia “Venina Senhora Menina”, de autoria da professora Joana Pessoa Soares (2019), que compõe a coletânea *Mulheres negras: fortalezas tecidas de dores, resistências e afetos*.

Essa introdução foi uma imposição da metrópole, através das diversas companhias de comércio criadas para este fim⁵.

Dando início a um longo processo, por intermédio do qual se possibilitou o contato entre diferentes grupos de africanos transportados de diversas regiões da África, que aqui se “confraternizaram”, segundo um discurso dominante, com outras etnias, em que a solidariedade residia na condição de cativo e(ou) de submissão. Portanto, “*Aqui também encontraram o elemento indígena reduzido à mesma condição de escravo ou servo de gleba, numa convivência mais ou menos promíscua com soldados e colonos oriundos das classes populares do velho mundo*” (SALLES, 1989, p. 80).

Portanto, o intenso processo de interação mais as disputas do jogo geopolítico, estabelecido na região amazônica entre as grandes nações europeias, possibilitaram aos negros uma maior mobilidade espacial e de resistência (GOMES, 1996). Mobilidade e resistência que, por sua vez, permitiram a formação de quilombos no espaço do território amazônico, já que o “destino” natural do negro fugido era o mocambo (SALLES, 1989).

Destaca-se, que mocambo e quilombos, as quais os autores, Gomes e Salles, referem-se, são nomenclaturas com o mesmo significado, lugar de liberdade, de resistência, de refúgios para escravizados fugitivos individualmente ou coletivamente da escravidão no período colonial. Entretanto, o nome mocambo (casebres), surge primeiro, depois, passa-se a se chamar quilombo (acampamentos)⁶, ambos lugares de rebeldia. Hoje, por exemplo, o que se entende por quilombo, de acordo com o Decreto nº 4.887/2003, são “*grupos étnicos raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de reações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida*” (BRASIL, 2003).

Portanto, mais do que entender a presença negra na Amazônia, é preciso compreender que os afro-brasileiros, para além de serem enquadrados em uma lógica coisificada dentro do sistema colonial, foram capazes de se adaptar a um conjunto de situações adversas, violentas e desumanas. E, sempre que possível, desenvolveram suas próprias lógicas de resistência, buscando o reencontro com a sua condição humana (MOURA, 1992), objetivando superar o sistema de controle social e econômico imposto pelas elites (NASCIMENTO, 1978), seja na criação de quilombos, seja na participação em conflitos armados contra a opressão da elite dominante, como na Cabanagem,⁷ seja através de violência física ou quebra de equipamentos, e, até mesmo, na reivindicação de melhores condições de trabalho (GOMES, 1996; LARA, 1989; MOURA, 1993; SALLES, 1989).

5 Durante os séculos XVII e XVIII, foram criadas diversas corporações comerciais com o objetivo de introduzir a mão de obra africana na região, dentre elas, pode-se citar a Companhia de Comércio do Maranhão e a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

6 Ver a obra de Gomes (2015).

7 Revolução social que explodiu em Belém do Pará, em 1835, deixou mais de 30 mil mortos e uma população local que só voltou a crescer significativamente em 1860. Este movimento matou mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, mas também dizimou boa parte da elite da Amazônia. O principal alvo dos cabanos eram os brancos, especialmente os portugueses mais abastados (RICCI, 2007, p. 6).

Mulheres negras amazônidas: novas histórias, mostradas por outros olhares

“Sou muito forte e determinada. / Ainda com as dificuldades deste mundo. / Sou professora, sou negra valente. / E não me abalo tão profundo” (SILVA, 2019, p. 40)⁸.

Os passos de resistências e protagonismos da mulher negra na Amazônia vêm de muito longe. Salles (1971) afirma que, no século XVIII, Felipa Maria Aranha liderava um mocambo na região do Tocantins, e, sob seu comando, havia mais de trezentas pessoas, porém, “*como não são vistas, não são lembradas, por isso, a historiografia amazônica tem raras informações sobre este fato histórico*” (CUSTÓDIO; SOUZA; ALMEIDA, 2019, p. 242).

Para Davis (2016, p. 17)⁹, essa realidade mudará quando alguém conseguir elucidar esses mal-entendidos históricos sobre as experiências das mulheres negras escravizadas nas Américas: “Não é apenas pela precisão histórica que um estudo desses deve ser realizado; as lições que ele pode reunir sobre a era escravista terão esclarecimentos sobre as lutas atuais das mulheres negras e de todas as que buscam emancipação”. Assim, Davis (2016) convida pessoas corajosas e engajadas a visibilizar a história das mulheres negras nas Américas. Para as ativistas do feminismo-afro-negro-amazônico, quer dizer, como diz Bentes (1993)¹⁰ quando expressa que aquelas que se autodeclararam negras e que entendem que o feminismo não é combater homens, não é um conjunto de lésbicas, não é um conjunto de mal amadas e sim uma proposta política que mesmo reconhecendo diferenças biológicas, advoga equidade integral entre homens e mulheres, mesmo sabendo, que a Amazônia, tem esse nome pautado em lenda grega, por isso, consideraram necessário se engajar em processo decoloniais e defender princípios do Bem Viver, Ubuntu, Teko Porã e Florestania.

Corroborando com Bentes (1993), completamos dizendo que, as ativistas do feminismo-afro-negro-amazônico, além de autodeclaradas negras, são aquelas que seus corpos são culturas andantes, ou melhor, carregam em seus corpos mapas simbólicos de saberes e fazeres de seus territórios e, os expressam em suas escrituras decoloniais, a mulher negra amazônida, tal forma, que todas

8 Versos da poesia “A Negra Cor de Ameixa”, de autoria de Ivadileide Ferreira da Silva, que compõe a coletânea *Mulheres negras: fortalezas tecidas de dores, resistências e afetos* (2019).

9 Feminista negra estadunidense, nascida em 1944, na cidade de Birmingham, no estado do Alabama. Professora emérita do departamento de estudos feministas da Universidade da Califórnia e ícone da luta pelos direitos civis. Como ativista, integrou o grupo Panteras Negras e o Partido Comunista dos Estados Unidos da América. Foi presa na década de 1970 e ficou mundialmente conhecida pela campanha “Libertem Angela Davis”. Foi candidata a vice-presidente da República em 1980 e 1984. Autora de vários livros. Sua obra é marcada por pensamento que visa romper com as desigualdades raciais.

10 Raimunda Nilma de Melo Bentes, mais conhecida como Nilma Bentes, é uma engenheira agrônoma, escritora e ativista brasileira pelos direitos das mulheres e dos negros, pioneira na criação de entidades e movimentos pelos direitos das minorias em seu estado e no país, iniciados já no final da década de 1970, idealizadora da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver.

as formas de opressões, como de protagonismo dessa mulher, estão intrinsicamente ligadas, a natureza. Logo, visibilizar o protagonismo da mulher negra na historiografia da região, é um grande desafio, porque, o feminismo-afro-negro-amazônico, se constrói da invisibilidade da mulher negra no contexto da história Amazônica, principalmente na conservação da Biodiversidade, para manter a floresta em pé, ou seja, “*Nós, mulheres negras, nunca estivemos ausentes da história da Amazônia, sempre existimos*” (ALMEIDA; MALCHER; BENTES, 2018, p. 104). As autoras ainda expressam que:

Já em 1986, foi criado no Pará o grupo liderado por mulheres negras “Estrelas do Oriente”, com a finalidade de celebrar festividades religiosas. Do mesmo período são as “irmãs de São Raimundo”, uma irmandade de mulheres negras as Taieiras, grupo de mulheres lavadeiras. [...] Ainda no Pará, a resistência no século XIX aparece nos jornais que anunciam fugas de mulheres negras escravizadas (ALMEIDA; MALCHER; BENTES, 2018, p. 104).

Sobre a ausência de mulheres negras, que “*marcaram presença com sua força e poder espiritual*”, na historiografia amazônica, Pinto (2012, p. 4) afirma que,

Nas revoltas, nas insurreições, nas fugas, nos quilombos e nas outras formas de enfrentamento do cotidiano, a luta da mulher escrava, a despeito do silêncio da historiografia, nunca deixou de existir. Sem dúvida alguma, a mulher tinha um importante papel — digo até que tinha um certo poder — na constituição e manutenção da comunidade escrava.

Portanto, para discutir a visibilidade e o protagonismo da mulher negra amazônica, a variável gênero, sozinha, não dá conta. “Não se fala de gênero sem recorte racial e de classe. De que mulheres estamos falando, afinal?” (CONRADO, 2012, p. 22). Tratando-se de mulher negra na Amazônia, protagonista em um território, com suas diversidades e especificidades, requer que sua singularidade seja considerada na análise de gênero, raça e classe (ALMEIDA, 2018).

De acordo com Câmara (2017, p. 140), é muita ousadia pesquisar sobre mulheres negras na Amazônia: “enquanto sujeitas ativas nos processos e a ausência de material sobre o qual debruçar-se, pesquisar gênero e raça na Amazônia é como garimpar no escuro qualquer reluzir mesmo ao longe”. A ausência de registros escritos sobre a atuação das mulheres negras na formação e no desenvolvimento do Brasil deixa lacuna nessa história nos livros didáticos, nos museus, no currículo escolar e nas narrativas oficiais (CONRADO, 2012).

A carência de estudos sobre as formas de resistência da mulher negra trouxe graves consequências para as mulheres negras amazônicas, com destaque para a baixa

autoestima e a ausência de referências de heroínas e lideranças que possam inspirar meninas e adolescentes negras.

À vista disso, entre as ativistas do feminismo afro-amazônico, há consenso que o pensamento feminista hegemônico na academia impede, na análise da variável gênero, a inclusão do lugar da mulher negra, e, caso seja incluído, não abarcaria a mulher negra amazônica. Igualmente, consentem da urgência de se instituir o lugar da mulher negra amazônica na produção do conhecimento acadêmico brasileiro.

Na tão sonhada ruptura, as diversas identidades femininas devem revelar escrevivências das mulheres negras no intuito de criar novas epistemologias e metodologias e, assim, escutar a voz das mulheres negras, a fim de “apontar outras protagonistas que também fazem parte do que foi repassado como oficial” (CÂMARA, 2017, p. 144).

Segundo a escritora Evaristo (2017, p. 1), a escrevivência “conta as nossas histórias a partir das nossas perspectivas, é uma escrita que se dá colada à nossa vivência, seja particular ou coletiva, justamente para acordar os da Casa Grande. [A escrevivência] seria escrever a escrita dessa vivência de mulher negra na sociedade brasileira”.

Sobre minha condição de mulher negra... Nasci negra, porém me tornei essa mulher negra conhecedora de meus direitos e deveres, pela minha vivência nos movimentos. Meu primeiro contato e onde comecei a beber nessa fonte na verdade, foi ouvindo os conselhos de minha vó Benedita Guilherma Ramos - tia Biló (SILVA, 2010, p. 117).

Bentes (1993, p. 39) defende que a história do Brasil precisa ser recontada, reconhece que “É verdade que já se percebe significativos avanços no sentido de ‘reescrever’ a História, em alguns livros, mas infelizmente ainda poucos deles são adotados nas escolas, sobretudo por falta de boa vontade e decisão política”. Por essa razão, acredita que novas histórias, mostradas por outros olhares, possibilitariam entender procedimentos aparentemente contraditórios, ainda hoje em nosso país, como, por exemplo,

A independência do Brasil, em 1822, realizada por escravocratas, não trouxe consigo (evidentemente) a Liberação dos Escravos. Aliás, a Inconfidência Mineira, 1782/1792 — que pregava a “Liberdade mesmo que tardia”. Também não incluía em seus propósitos a Abolição do escravismo”. Tratava-se pois de uma “liberdade seletiva”, Os brancos se libertariam do colonialismo português mas nós continuávamos seus escravos (BENTES, 1993, p. 40).

Nesse diapasão, Da Silva (1999) explica que a ideologia do racismo “científico” propagou a desigualdade entre os seres humanos, seus desdobramentos emolduraram negros e índios na categoria “outros” e definiram seus “devidos lugares” na sociedade brasileira. Por isso, na análise do variável gênero, não há o lugar da mulher negra,

como não há lugar no currículo escolar, não há lugar no conteúdo programático, nem nas imagens ilustrativas da sala de aula, mas há lugar na cozinha da escola decorando o cardápio da merenda escolar.

Para tal, faz-se necessário indagar: afinal, como reescrever a história das mulheres negras amazônidas por outros olhares no contexto da sala de aula, mediante os desafios e as limitações para a aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003, Machado (2019, p. 40), com sua experiência de mulher negra amazônica, afirma que

“Escrevivendo” diz respeito ao mundo da escrita de uma mulher negra sobre mulheres negras, de como as histórias se entrecruzam e apontam para uma outra forma de escrever, tendo por base suas histórias de vida, suas subjetivações e os processos dialógicos de se aprender na conformidade de uma outra epistemologia.

Concordando com a reflexão de Machado (2019), em virtude dos saberes e fazeres ancestrais da mulher negra, assim como da mulher indígena, não serem vistos como conhecimentos, observa-se que essas mulheres vivem sob ameaças do modelo de desenvolvimento imposto para a Amazônia, inclusive correndo risco de morte. Portanto, para Almeida, Malcher e Bentes (2018, p. 109), “É um desafio enorme apontar as opressões praticadas contra as mulheres negras amazônidas em razão das especificidades de nossos territórios”.

Além do mais, existe a disputa de narrativa na produção acadêmica, no currículo escolar e, agora, também na aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003, pela carência de produção pedagógica sobre a temática com interface da realidade Amazônica, na qual o(a) professor(a) possa se fundamentar para sua prática pedagógica. Diante do exposto, há urgência na produção de um outro fazer pedagógico, com outras epistemologias e metodologias, as quais possam elucidar, reconhecer, valorizar e publicizar a contribuição da mulher negra amazônida, como pode ser percebido nas narrativas poéticas que compõem o livro *Mulheres Negras: fortalezas tecidas de dores, resistências e afetos* (VIDEIRA; FERREIRA; FONSECA, 2019).

Para Trindade (2010) produzir outro fazer pedagógico, por uma pedagogia antirracista, é tornar visíveis a memória e o patrimônio construídos pelos africanos (as) e seus descendentes no Brasil de forma positiva, para desconstruir a imagem que africanos e afro-brasileiros não têm histórias. Ao dizer que é possível se construir uma pedagogia antirracista, envolvendo grupos de pessoas de origens, concepções e vivências diferenciadas, como acontece no espaço escolar, ela parte da seguinte dialética: da existência de duas “certezas” conflitantes: a primeira, que cada patrimônio material e imaterial da nossa sociedade brasileira, consciente ou inconsciente, está de forma positiva impregnada da memória ancestral e afetiva da presença, da marca africana, pelo fato de África, ser um continente Berço da Humanidade. “A Segunda ‘certeza’ refere-se ao lugar em que estas memórias, estes saberes e fazeres se encontram — embora os saberes e as memórias inscritos nos corpos, incluindo corações e mentes de cada brasileiro” sejam invisibilizados, reprimidos e subalternizados por conta das

mazelas do escravismo, mesmo que estes saberes estejam vivos, presentes e fortes (BRANDÃO, 2010, p. 13).

Olhando a sala de aula pela luz de Trindade (2010), pode-se considerá-la um lugar de memórias, saberes e fazeres afrodescendentes, portanto, um excelente espaço para efetivação da Lei nº 10.639/2003, na perspectiva de gênero e raça, na “certeza” que estudantes e professores(as), consciente ou inconscientemente, de alguma maneira, carregam em si a memória afetiva ancestral da mulher africana.

Diante do exposto, a *Pedagogia das Canoas: encontro de experiências* (ALMEIDA, 2018) poderá motivar os(as) professores(as) na adoção de práticas e instrumentos pedagógicos que promovam a participação e interatividade entre os(as) estudantes, por meio das quais as histórias de vida (escrivência) e a experiência de cada educando(a). Essa pedagogia dialoga com ideia da obra *Mulheres Negras: fortalezas tecidas de dores, resistências e afetos*, pela forma de cientificamente posicionar, historicamente mulheres negras nas historiografias e epistemologia brasileira e nortista, fundamentada na resistência criativa, com intervenção amorosa, cuidadora e crítica ao eurocentrismo, ao racismo, ao executivo, pela visibilidade de sua altivez, no processo de escuta ativa.

Novas pedagogias para posicionar mulheres negras nas historiografias e epistemologia brasileira e nortista

“Cada vez que vejo Dona Conce fumando, fico divagando se ela estaria a (re)lembrar de suas vivências desde a meninice, molequice e maturidade” (VIDEIRA; FERREIRA; FONSECA 2019, p. 133)¹¹.

Para Walsh (2017, p. 506), pedagogias pensadas não no sentido de instrumentalização do ensino e do saber estimulam possibilidades de olhar o mundo de outra maneira: “Pedagogías que incitan posibilidades de estar, ser, sentir, existir, hacer, pensar, mirar, escuchar y saber de otro modo, pedagogías enrumbadas hacia y ancladas en procesos y proyectos de carácter, horizonte e intento decolonial”. Walsh (2017) considera que o fazer pedagógico, o olhar, o escutar e o saber do outro abrem possibilidades das insurgências de pedagogias horizontais, nas quais sujeitos excluídos têm a oportunidade de emergirem com novas histórias emancipatórias.

A *Pedagogia das Canoas: encontro de experiências* (ALMEIDA, 2018) se adequa ao caráter horizontal proposto por Walsh (2017), pois é uma metodologia científica idealizada e aplicada em estudo de história oral, sob a perspectiva do conceito de *experiência* do filósofo Walter Benjamin (1987). Aplica-se tanto cientificamente como na praticidade ao conceito de *oralidade* do filósofo Hampaté Bâ (2010), com base na tradição oral africana, pois ambos autores tratam do que foi falado.

¹¹ Trecho do texto “Eu não fumo só”, de autoria de Maria da Conceição Lino Videira, que compõe a coletânea *Mulheres negras: fortalezas tecidas de dores, resistências e afetos*.

Em Benjamin (1987), a experiência de vivência do narrador se transforma no chão para contar sua história, então, ele precisa do ouvinte para escutar sua narrativa. Já o narrador africano Hampaté Bâ (2010) reconstrói o passado, sem deixar de lado fatos e seus personagens, porque, na tradição oral africana, a *palavra* mantém a tradição viva, para isso, precisa se movimentar, caminhar, assim, como as histórias de mulheres negras contadas e narradas em Videira, Ferreira e Fonseca (2019) e encontra, na sala de aula, o chão para a sua aplicação.

Segundo Almeida (2019, p. 4), essa tipologia metodológica recebe tal denominação “por ser muito além de um percurso metodológico e também ser transgressora, pois possibilita a construção coletiva e o ecoar de outras vozes, para além da pesquisadora, e, com isso, o surgimento de novas histórias”, tendo como protagonistas e sujeitos centrais nas narrativas as mulheres negras amazônidas.

É importante destacar que, sendo uma pedagogia com aporte nos conceitos de escrevivência, de autoria de Evaristo (2017), e experiência, cunhado por Benjamin (1987), vê-se, nesta, a oportunidade de visibilizar identidades¹² de mulheres negras numa narrativa poética em movimento, simulando o trafegar das canoas pelos rios e igarapés amazônicos — uma espécie de simbologia da região, que ressalta a relação da água com as encantarias e com o poder feminino — e seus saberes amazônicos como gente, mães e filhas da floresta.

Dona Castorina tinha um grande conhecimento da medicina popular e natural da Amazônia. Seus remédios eram indicados para tratar verminoses, gastrites, estresse, tristeza, falta de disposição etc. Se a medicina secular não resolvesse, era só procurar a velha senhora. Ela atendia clientes de todas as idades e nível social – de senhoras pobres que moram nas áreas alagadas a médicos, enfermeiros e fisioterapeutas, que não escondiam sua admiração pela curandeira (SILVA, 2019, p. 87).

O conceito de escrevivência possibilita esse efeito positivo, a ser utilizado e sugerido como elemento que pode ser falado em sala de aula, enquanto espaço e lugar de memórias. Como seria fantástico para uma menina negra ver no conteúdo programático as histórias de suas ancestrais. Já que, nos dizeres de Almeida, Malcher e Bentes (2018, p. 108), “É um desafio manter viva a memória da ancestralidade — como garantia dos saberes tradicionais dessas mulheres para o futuro — que hoje está dizimada pelo modelo de desenvolvimento imposto à Amazônia, como os grandes projetos”.

Para Machado (2019, p. 30) “as mulheres negras, como as aves Sankofas, constroem poéticas próprias dentro do vazio hegemônico apresentando uma contra-fala ao discurso oficial, ao discurso do poder”, ou seja, a escrevivência da mulher

¹² Quilombolas, marabaixas, pescadoras, agricultoras, extrativistas, roceiras, lavadeiras, intelectuais, ribeirinhas, parteiras, rezadeiras, curandeiras, coletoras de sementes de saberes e sagrados, domésticas, prostitutas, lésbicas, extrativistas, entre outras.

negra no presente, voltada para sua ancestralidade, desconstrói o não lugar da mulher memória nas historiografias. Freitas (2019, p. 37), no livro *Mulheres negras: fortalezas tecidas de dores, resistências e afetos*, assim traduz, em sua poesia, esses saberes e memórias:

Minha avó é negra,
Não tenho vergonha de dizer.
Quase tudo que sei hoje
Vou aqui esclarecer.

Aprendi com ela
Amassar bacaba e pescar.
Hoje ensino os meus filhos
Pra vergonha não passar. [...]

Destarte, a *Pedagogia das Canoas* (ALMEIDA, 2018) é específica para trabalhar com memórias excluídas a fim de (re)construir histórias e (re)contar novas histórias a partir de experiências de vida individuais e coletivas. O assoalho dessa canoa, na concepção de Almeida (2019, p. 2), “reveste-se de acolhimento, sustentada pelas premissas: do zelo, do respeito, da escuta ativa e do afeto”.

Nesse caso, no pensamento de Almeida (2018, p. 50), depreende-se que as mulheres negras não seriam protagonistas em um outro espaço senão nessa metodologia, que “nos permitiu dar voz às mulheres negras anônimas esquecidas na historiografia amazônica”. Haja vista que a escola formal como modelo institucional é específica, estruturada em uma matriz curricular eurocêntrica, colonialista, machista e racista, é despreparada para escutar as vozes femininas, e, quando o faz, não são as vozes femininas negras as ouvidas.

Essa evidência decorre do fato da escola ser moldada para contar histórias a partir de uma história única: a europeia. A esse respeito Adichie (2019, p. 23), discorre sobre o perigo de uma história única, na qual “o poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer com que ela seja sua história definitiva”, como acontece com a história propagada acerca da mulher brasileira, sem, contudo, a presença da mulher negra da Amazônia. E, nas raras vezes que tais mulheres são citadas, são submetidas à óptica da mulher negra do Sul e do Sudeste ou estereotipada. Por vezes, a escola não se atenta para fazer uma reflexão crítica sobre isso.

hooks (2017, p. 58), em suas reflexões, afirma ser importante, na sala de aula, “Ouvir um ao outro (o som de vozes diferentes), escutar um ao outro, é um exercício de reconhecimento. Também que nenhum aluno permaneça invisível na sala”. É muito interessante o que essa autora levanta sobre o significado de uma pedagogia engajada: “minha voz não é o único relato que acontece em sala de aula. [...] A pedagogia engajada necessariamente valoriza a experiência do aluno” (hooks, 2017, p. 34).

Enfatiza que toda sala de aula onde for aplicada será também um local de crescimento do(a) professor(a). E orienta para a necessidade de adoção de esforço

conjunto entre direção, corpo técnico-pedagógico, professores, estudantes e comunidade escolar para que tenham maior visibilidade e fôlego para navegarem juntos na contra maré da história única.

Por intermédio da Pedagogia das Canoas (ALMEIDA, 2018), e conforme evidencia o livro *Mulheres Negras: fortalezas tecidas de dores, resistências e afetos* (FONSECA, 2019), entende-se ser possível o(a) professor(a) promover a discussão interdisciplinar com interseccionalidade entre as categorias gênero e raça para a aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 e, assim, contribuir diretamente para a formação e o fortalecimento da autoestima de estudantes negras(os) da educação básica de escolas públicas e privadas e, conseqüentemente, de professoras negras. “É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade [...] brasileira” (BRASIL, 2013, p. 91).

Considerações finais

As atividades desenvolvidas com os/as acadêmicos/as do Parfor durante a ministração da disciplina Teoria e Prática do Ensino de História e Cultura Afro do curso de Pedagogia da UNIFAP, foi um momento muito produtivo com ricas reflexões, pois intencionava principalmente lançar luz nas identidades de mulheres negras — ressurgidas através de textos escritos — capazes de dignificar e reconhecer sua relevância na dinâmica histórica, social e cultura dentro e fora de suas comunidades, assim como no espaço escolar.

Pode-se considerar a sala de aula como espaço para reverberação das vozes de mulheres negras. Para tanto, o engajamento do(a) professor(a) é fundamental no sentido de olhá-la como lugar de anunciação de diferentes vozes, sobretudo, da ressignificação de alunas negras. Para isso, as práticas pedagógicas fundamentadas na inclusão, na criticidade e na autonomia se fazem necessárias para construção de diálogos nos quais alunos(as) e professores(as) e comunidade escolar, juntos, construam o imagético positivo da contribuição da mulher negra na sociedade brasileira, notadamente na sociedade amazônica nortista, tanto na sala de aula como em outros lugares educativos. Assim, poderá ser possível reescrever a história das mulheres negras amazônicas com novas histórias e por outros olhares no contexto da sala de aula mediante os desafios e as limitações para a aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003.

Certamente esses acadêmicos/as (já professores/as atuantes em sala de aula em diferentes municípios do Estado), diante de iniciativas como esta, dentre outras, estarão mais bem qualificados e preparados para lidar com as diversidades da sala de aula, para fomento dos marcos legais no currículo escolar da Educação Básica, no seu fazer pedagógico cotidiano e na elaboração de projetos pedagógicos de maneira inter e multidisciplinar.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozie. *O perigo de uma história única*. Tradução Julia Romeo. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Maria das Dores do Rosário. Memória e história: pedagogia de resgate das canoas. In: *Anais do 3º Congresso Internacional dos Povos Indígenas da América Latina*. Simpósio Temático Memórias, narrativas e saberes tradicionais: experiências, territorialidades e visibilidades de Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Universidade de Brasília, ST 32, 2019, p. 1-19.

ALMEIDA, Maria das Dores do Rosário. *(Re)construindo caminhos e histórias de vida de mulheres negras da Vila do Carmo do Macacoari – Amapá*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável junto aos Povos e Terras Tradicionais). Brasília: Universidade de Brasília, 2018.

ALMEIDA, Maria das Dores do Rosário; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. Pedagogia das canoas: memórias e histórias das mulheres negras da vila do Carmo do Macacoari-AP. *Práxis Educacional*, [S. l.], v. 16, n. 42, 2020, p. 362-381.

ALMEIDA, Maria das Dores do Rosário; MALCHER, Maria Albenize Farias; BENTES, Raimunda Nilma de Melo. Faces da Luta das Mulheres Negras da Amazônia. In: SILVA, Carmen (org.). *Mulheres negras e populares do Norte e Nordeste: experiências que se entrelaçam*. Salvador: Cese/SOS Corpo, 2018, p. 45-63.

BÂ, Hampaté Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). *História geral da África*. 2. ed. Brasília: Unesco/Secad/MEC/UFSCar, 2010, cap. 8, p. 167-212.

BENTES, Raimunda Nilma de Melo. *Negritando*. Belém: Graffite, 1993.

BEZERRA, Moisés de Jesus Prazeres. Tia Rossilda Joaquina. In: VIDEIRA, Piedade Lino; FERREIRA, Norma Iracema de Barros; FONSÊCA, Kátia de Nazaré Santos (orgs.). *Mulheres negras: fortalezas tecidas de dores, resistências e afetos*. Macapá: Unifap, 2019, p. 125.

BRANDÃO, Ana Paula (org.). *Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010, v. 4. (A cor da cultura).

BRASIL. Ministério da Educação Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação Lei nº 11.645, 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Decreto nº. 4.887, de 20 de dezembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Brasília: MEC/Secad, 2013.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas v. I. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CÂMARA, Flávia Danielle da Silva. *Mulheres negras amazônidas frente à cidade morena: o lugar da Psicologia, os territórios de resistência*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2017.

CONRADO, Mônica Prates. O protagonismo de mulheres negras. In: CONRADO, Mônica Prates et al. *Interseções entre raça, gênero, sexualidade, meio ambiente e políticas públicas*. Belém: Grupo Nós Mulheres, 2012, p. 22-27.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão; SOUZA, Silvaney Rubens Alves de; ALMEIDA, Maria das Dores do Rosário. História, cultura e identidade: olhares sobre comunidades quilombolas no estado do Amapá. *Projeto História*, São Paulo, v. 66, set.-dez. 2019, p. 220-254.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DA SILVA, Nelson Fernando Inocêncio. Relações raciais e implicações estéticas. In: OLIVEIRA, Dijaci David de *et al.* (org.). *50 anos depois: relações raciais e grupos socialmente segregados*. Brasília: Movimento Nacional de Direitos Humanos, 1999.

EVARISTO, Conceição: Minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra. [Entrevista cedida a] Juliana Domingos de Lima. *Nexo Jornal*, [S. l.], 26 de maio de 2017.

FREITAS, Sandro Moraes. As três mulheres negras que contribuíram em minha vida. In: VIDEIRA, Piedade Lino; FERREIRA, Norma Iracema de Barros; FONSECA, Kátia de Nazaré Santos (orgs.). *Mulheres negras: fortalezas tecidas de dores, resistências e afetos*. Macapá: Unifap, 2019, p. 37-39.

GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal de. Em Outras Margens: Escravidão africana, fronteiras e etnicidade na Amazônia. In: GOMES, Flávio dos Santos; DEL PRIORI, Mary. (orgs.). *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

GOMES, Flávio dos Santos. Nas fronteiras da liberdade: mocambos, fugitivos e protesto na Amazônia colonial. *Anais do Arquivo Público do Pará*, Belém: Apep, v. 2, t.1, 1996, p. 125-152.

GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Ed. Claro Enigma, 2015.

GOMES, Nilma Lino. Educação, relações étnico-raciais e a Lei nº 10.639/03: breves reflexões. In: BRANDÃO, Ana Paula (org.). *Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, v. 4, 2010, p. 19-25. (A cor da cultura).

bell hooks. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LARA, Silvia Hunold. Trabalhadores escravos. *Trabalhadores*, Campinas, n. 1, 1989, p. 4-19.

MACHADO, Joana Carmen do Nascimento. *Poder, organização política e pedagogias ocultos-presentes de mulheres negras do território quilombola do rio Jambuaçu-Moju/PA*. Tese (Doutorado em Educação). Belém: Universidade Federal do Pará, 2019.

MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1992.

MOURA, Clóvis. *Quilombos: resistência ao escravismo*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1993.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. História, memória e poder feminino em povoados amazônicos. In: *Anais Eletrônicos - Encontro Nacional de História Oral*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro- IFCS - IH, 2012, p. 1-10.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo* [online], v. 11, n. 22, 2007, p. 5-30.

SALLES, Vicente. *O negro no Pará*. 2. ed. Belém: Brasília: Ministério da Cultura, 1989.

SILVA, Francisca de Jesus Maciel da. As três Marias. In: VIDEIRA, Piedade Lino; FERREIRA, Norma Iracema de Barros; FONSÊCA, Kátia de Nazaré Santos (orgs.). *Mulheres negras: fortalezas tecidas de dores, resistências e afetos*. Macapá: Unifap, 2019, p. 44-45.

SILVA, Ivadileide Ferreira. A negra cor de ameixa. In: VIDEIRA, Piedade Lino; FERREIRA, Norma Iracema de Barros; FONSÊCA, Kátia de Nazaré Santos (orgs.). *Mulheres negras: fortalezas tecidas de dores, resistências e afetos*. Macapá: Unifap, 2019, p. 40.

SILVA, Laura Cristina da. Laura Cristina da Silva. In: VIDEIRA, Piedade Lino; FERREIRA, Norma Iracema de Barros; FONSÊCA, Kátia de Nazaré Santos (orgs.). *Mulheres negras: fortalezas tecidas de dores, resistências e afetos*. Macapá: Unifap, 2019, p. 117-119.

SILVA, Telam Rute F. As grandes mulheres negras da História do Brasil. O primeiro “doutô” da região. In: VIDEIRA, Piedade Lino; FERREIRA, Norma Iracema de Barros; FONSÊCA, Kátia de Nazaré Santos (orgs.). *Mulheres negras: fortalezas tecidas de dores, resistências e afetos*. Macapá: Unifap, 2019, p. 85-89.

SILVA, Telam Rute F. As grandes mulheres negras da História do Brasil. Morre Castorina, a mais famosa “benzedeira” do Amapá. In: VIDEIRA, Piedade Lino; FERREIRA, Norma Iracema de Barros; FONSÊCA, Kátia de Nazaré Santos (orgs.). *Mulheres negras: fortalezas tecidas de dores, resistências e afetos*. Macapá: Unifap, 2019, p. 85-89.

SOARES, Joana Pessoa. Venina senhora menina. In: VIDEIRA, Piedade Lino; FERREIRA, Norma Iracema de Barros; FONSÊCA, Kátia de Nazaré Santos (orgs.). *Mulheres negras: fortalezas tecidas de dores, resistências e afetos*. Macapá: Unifap, 2019, p. 100.

TRINDADE, Azoilda Loreto da. Percurso Metodológico. In: BRANDÃO, Ana Paula (org.). *Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010, p. 13-18. v. 4. (A cor da cultura).

VIDEIRA, Maria da Conceição Lino. Eu não fumo só. In: VIDEIRA, Piedade Lino; FERREIRA, Norma Iracema de Barros; FONSÊCA, Kátia de Nazaré Santos (orgs.). *Mulheres negras: fortalezas tecidas de dores, resistências e afetos*. Macapá: Unifap, 2019, p. 131-134.

VIDEIRA, Piedade Lino; FERREIRA, Norma Iracema de Barros; FONSÊCA, Kátia de Nazaré Santos (orgs.). *Mulheres negras: fortalezas tecidas de dores, resistências e afetos*. Macapá: Unifap, 2019.

WALSH, Catherine. Lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos. In: WALSH, Catherine (ed.). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Quito: Editorial Abya-Yala, 2017, p. 23-68. Tomo 1. (Série Pensamiento decolonial).